

FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: MATERIAIS E MÉTODOS

PHILOSOPHY IN MIDDLE SCHOOL: MATERIAL AND METHODS

Wagner Teles de Oliveira¹

Resumo: Trata-se de apresentar algumas considerações sobre o papel da Filosofia no ensino médio, tendo como ponto de partida o contraste entre um diagnóstico sobre a situação do ensino de Filosofia no Estado da Bahia e as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Esse contraste permite-nos refletir sobre os métodos de ensino como relacionados ao perfil de formação dos professores que atuam no ensino de Filosofia. Apresentamos razões por que julgar serem os textos clássicos da História da Filosofia imprescindíveis ao ensino de Filosofia, aspectos que permitem compreender os métodos e materiais como diretamente relacionados à formação dos professores e, por fim, apresentamos razões que tornam possível compreender que o papel a ser exercido pela Filosofia na formação dos estudantes do ensino médio só pode realizar-se à medida que o ensino subordinar-se à concepção segundo a qual o ensino de Filosofia não pode prescindir dos textos clássicos da História da Filosofia, sendo um dos principais desafios da Filosofia no ensino médio tornar esses mesmos textos acessíveis aos estudantes. Assim, a Filosofia no ensino médio põe duas ordens de questões diretamente relacionadas e das quais depende o seu sucesso: pensar novos tipos de recursos didáticos e repensar a formação dos professores.

Palavras-Chave: Ensino de Filosofia. Ensino Médio. Formação de professores. Recursos didáticos.

Abstract: This is a presentation of a few considerations about the role of Philosophy in middle school with a start point in the contrast in between diagnosis of the philosophy teaching situation in the State of Bahia and the *Curriculum Orientation for Middle School*. This contrast allows us to reflect about the teaching methods related to the profile of teachers training that currently works in the teaching of Philosophy. Therefore we present reasons on why to consider classic texts of Philosophy History essential to the teaching of Philosophy, aspects that permit the comprehension of material and methods as directly related to the teachers training. We also present reasons that makes possible to understand that the role of Philosophy played in the students development in middle school can only be done if the teaching subordinates to the conception that Philosophy teaching can not go without the classic texts of Philosophy History, turning into a challenge to make those texts available to students of Philosophy in middle school. Therefore Philosophy in middle school present two orders of different questions directly related and which it success depends: to think about new teaching resources and rethink about teachers training.

Keywords: Teaching of Philosophy. Middle school. Teachers training. Teaching resources.

É Lebrun quem diz que jamais acreditou que um estudante pudesse orientar-se para a Filosofia porque tivesse sede da verdade. Além de ser vazia essa fórmula, segundo ele, é de outra coisa que o jovem tem necessidade: “falar uma língua da segurança, instalar-se num vocabulário que se ajuste ao máximo às ‘dificuldades’ (no

¹ Professor de Filosofia da UEFS. wtoliveira@uefs.br

sentido cartesiano)”, pois, por meio do estudo continuado de textos filosóficos, o jovem adquiriria “uma retórica que lhe permitirá a todo instante denunciar a ‘ingenuidade’ do ‘cientista’ ou a ‘ideologia’ de quem não pensa como ele.” (1976, p. 149). Assim, educado para a inteligibilidade, o estudante tornar-se-ia capaz de reconhecer uma estrutura onde muitos outros só veriam um amontoado de acontecimentos. Essa capacidade de ver estruturas e discernir significações, por seu turno, resultaria da passagem pelos textos e doutrinas filosóficas, pois através dessa passagem o estudante aprenderia a marcar um sentido para cada palavra, a ver essências. É nessa medida que o ensino de Filosofia não pode prescindir dos textos clássicos da História da Filosofia. Em outras palavras, independente de qual seja o conteúdo programático escolhido pelo professor, por essa perspectiva, não se pode deixar de lado o fato de que a leitura filosófica retém o que há de essencial no trabalho filosófico. Mais do que isso, o ensino de Filosofia, não só não pode prescindir dos textos filosóficos como também deve passar pela leitura filosófica desses mesmos textos. Afinal de contas, não se pode dizer que filosófica uma leitura pela mera razão de o texto lido ser filosófico, no mesmo sentido em que é possível efetuar uma leitura filosófica de um texto não filosófico.

Com efeito, se por um lado os materiais e métodos concernidos no ensino de Filosofia não podem desfazer-se da relação especial que a Filosofia mantém com a sua história, por outro, o quanto o ensino de Filosofia refletirá essa relação significa a formação do professor encarregado de ensiná-la. É verdade que a constituição de métodos adequados ao ensino de Filosofia no ensino médio talvez seja o maior desafio a ser enfrentado no que diz respeito ao seu retorno ao ensino médio. Isto tanto porque a Filosofia ficou por muito tempo afastada do ensino médio, de sorte que não havia a demanda por reflexão a respeito de métodos adequados de ensino para o ensino médio, quanto porque o seu retorno é recente. No entanto, é verdade também que o ensino de Filosofia não pode prescindir dos textos clássicos de Filosofia, de tal modo que a adequação dos métodos de ensino ao nível médio parece significar sobretudo uma resposta à pergunta “Como apresentar esses textos clássicos no contexto do ensino médio?”. A resposta a esta pergunta pode consistir em desdobrá-la da seguinte maneira: “Como apresentar textos clássicos a alunos do ensino médio sem retirar desses mesmos textos o que os torna clássicos, por meio de simplificações cujo pretexto é o de torná-los acessíveis aos alunos?”. Os métodos de ensino então devem visar a possibilitar o uso desses textos sem permitir que a razão que os torna imprescindíveis à formação dos alunos – o fato de serem clássicos – significa um impedimento do acesso dos alunos a

esses mesmos textos. Em torno dessas questões diretamente relacionadas ao ensino de Filosofia no ensino médio, adiantamos, pretendemos pensar a respeito do alcance da ideia de que os textos clássicos são imprescindíveis ao ensino de Filosofia, no que respeita à formação dos professores de Filosofia e o lugar da disciplina de Filosofia no currículo do ensino médio. Essas duas questões, a nosso ver, estão diretamente relacionadas, mesmo porque a compreensão do lugar e até o exercício do papel que cabe à Filosofia na formação dos estudantes depende, em boa medida, da formação adequada dos professores. Isto quer dizer que, em alguma medida, a maneira como a Filosofia é ensinada reflete a forma como os professores que a ensinam foram formados. A nossa análise tem como ponto de partida o contraste entre diagnóstico da situação do ensino da Filosofia no Estado da Bahia e as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, que serão compreendidas como horizonte do conjunto de ações em que consiste o ensino de Filosofia.² Compreendê-las assim permitirá esclarecer as razões em que se funda a ideia de que as principais demandas relativas ao ensino de Filosofia no ensino médio seria a elaboração de novos tipos de recursos didáticos e uma funda reflexão sobre a formação de professores. A hipótese, cujas razões devem ser esclarecidas, é a de que dessas duas tarefas depende o sucesso do ensino de Filosofia no ensino médio.

I. Filosofia e a Formação do Pensamento Crítico

Aos olhos de muitos, o retorno da Filosofia ao ensino médio como disciplina obrigatória devolveria aos nossos jovens a oportunidade de relacionar-se com conteúdos imprescindíveis ao exercício da cidadania. Esta perspectiva vale-se, em grande medida, da ideia de que à Filosofia, e apenas a ela, tocaria a formação do pensamento crítico. Embora seja possível reconhecer nessa perspectiva vestígios da compreensão do ensino de Filosofia como educação para a inteligibilidade, devemos reconhecer também que a formação do pensamento crítico, no ensino médio, não é tarefa exclusiva da Filosofia. Mais do que isso, em muitos casos reconhecê-la como a disciplina responsável pela formação de um pensamento crítico é mais signo das divergências iniciais em torno do ensino da Filosofia do que propriamente o resultado de uma reflexão contínua a respeito de seu ensino. E se as coisas se passam assim, é porque uma reflexão sobre o

² O referido diagnóstico é um dos resultados do Projeto “Tecnologias para Implementação da Disciplina Filosofia no Ensino Médio”, financiado pela FAPESB, e foi elaborado a partir da entrevista de 106 professores que atuam na rede estadual de ensino do Estado da Bahia.

ensino de Filosofia no ensino médio, além de ser uma demanda recente, possui como principal questão aquela relativa à especificidade da Filosofia. E no que diz respeito a isso não parece haver um consenso dos profissionais que atuam na área ou, pelo menos, as notícias que nos chegaram das escolas nos fazem ver que os conteúdos ministrados não refletem uma ideia comum a respeito da especificidade da Filosofia. Por outro lado, parece haver também, como é natural, uma certa unanimidade em relação à urgência de investimento em formação de professores. Aliás, as *Orientações Curriculares* da área de Filosofia já apontavam para a necessidade de pensar os cursos de graduação tendo em conta as exigências postas pelo ensino: “pensar a disciplina de Filosofia no ensino médio exige também uma discussão sobre os cursos de graduação em Filosofia, que preparam os futuros profissionais” (BRASIL, 2006c, p. 16). A exigência em questão relaciona-se diretamente à defesa de um vínculo essencial entre pesquisa e ensino, ou seja, de que, especialmente em Filosofia, a pesquisa não se dissocia do ensino, da produção filosófica e da transmissão de conhecimento.

A atribuição da tarefa de desenvolvimento do pensamento crítico dos nossos jovens não significa definir a sua especificidade enquanto disciplina curricular. A principal razão disso é que nenhuma das disciplinas curriculares do ensino médio deixa de reivindicar a sua parte na formação do pensamento crítico, o que significa que “não é prerrogativa exclusiva da Filosofia um pensamento crítico ou a preocupação com os destinos da humanidade.” (BRASIL, 2006c, p. 17). E não faltam exemplos dessa reivindicação nas *Orientações Curriculares* voltadas às diversas áreas. As *Orientações* da área de Conhecimentos Biológicos, por exemplo, põem como desafio “a formação do indivíduo com um sólido conhecimento de Biologia e com raciocínio crítico” (BRASIL, 2006b, p. 17). Trata-se de munir o aluno das condições necessárias para posicionar-se sobre questões que podem interferir diretamente em suas condições de vida, tais como o uso de transgênicos, a clonagem, a reprodução assistida, dentre tantas outras. Nesse sentido, ao professor de Biologia, tocara a avaliação do “desenvolvimento da consciência crítica e a condição argumentativa dos alunos, sua formação ética e suas posições quanto aos valores pessoais e sociais.” (BRASIL, 2006b, p. 41). As *Orientações* da área de Conhecimentos de Língua Portuguesa, por sua vez, apresentam como horizonte dos objetivos da disciplina a contribuição “para que os alunos se construam, de forma consciente e consistente, sujeitos críticos, engajados e comprometidos com a cultura e a memória de seu país.” (BRASIL, 2006a, p. 33). Não é diferente dessa perspectiva o que afirmam os documentos da área de Conhecimentos de

Literatura, que dedicam uma seção inteira à questão da “Formação do leitor crítico na escola”, e da área de Conhecimentos de Línguas Estrangeiras ao insistir no desenvolvimento da habilidade crítica do aluno como tarefa a ser levada a cabo pelas atividades das disciplinas da área (BRASIL, 2006a, p. 116). Além de indicar que o trabalho da disciplina Filosofia não detém sozinho a tarefa de formar o pensamento crítico, esses exemplos fazem ver o quanto o trabalho da disciplina pode interagir com as demais disciplinas curriculares. Afinal de contas, por outro lado, os mesmos documentos, sobretudo os de Ciências da Natureza, compreendem o processo de escolarização característico do ensino médio como uma espécie de “alfabetização científica”, o qual seria compreendido pela “aquisição de vocabulário básico de conceitos científicos”, “a compreensão da natureza do método científico” e, por fim, “a compreensão sobre o impacto da ciência e da tecnologia sobre os indivíduos e a sociedade” (BRASIL, 2006b, p. 18). Nessa medida, a Filosofia cumpriria o papel de educar para a inteligibilidade, no sentido de que pode consistir na crítica dos elementos envolvidos na quase profissão de fé científica à qual o processo de escolarização do ensino médio conduz. Assim, ela teria afirmada a sua especificidade, a qual se traduz na especificidade do aparato crítico do qual apenas ela estaria pronta a munir os alunos.

A constituição de um tal aparato crítico não pode, a nosso ver, prescindir da centralidade da História da Filosofia como “fonte para o tratamento adequado de questões filosóficas.” (BRASIL, 2006c, p. 17). Com isso, temos definida, senão uma fórmula de ensino de Filosofia, uma exigência sem a qual todo esforço no sentido de ensiná-la fracassaria. Porém, as divergências não param por aí. Afinal de contas, mesmo quando respeitada essa exigência, as controvérsias em relação aos conteúdos persistem. De tal sorte que em muitos casos às aulas de Filosofia toca todo tipo de coisas, desde assuntos rigorosos de lógica a conversas confessionais sobre religião, sexualidade e política. Isto significa que em muitos casos as aulas são elaboradas segundo a perspectiva de que os alunos devem, antes de tudo, ter as suas vivências levadas em conta pela aula, como se fosse possível elaborar discursos filosóficos com independência do domínio de tramas conceituais características da História da Filosofia. Não é o caso simplesmente de compreender ser possível ensinar Filosofia apenas levando em conta o que os alunos pensam sobre certas questões consideradas como importantes pelo professor, aquelas questões que afligem o homem moderno, sem procurar auxílio na História de como tais questões foram tratadas por filósofos. Mas de qualquer modo não deixa de ser o mesmo que pedir aos alunos, em uma aula de Física,

que descubram por si mesmos a fórmula da lei da gravitação sem estudar Física, desconsiderando todo o progresso anterior naquela disciplina (deixando de lado, por exemplo, todo o esforço de um Newton) (Cf. SILVEIRA, 2004, p. 147). Assim, os alunos têm suas questões por vezes entregues à própria capacidade de reflexão, quando poderiam dirimi-las ou mesmo melhor formulá-las amparados pela história dessas questões.

II. Currículo da Disciplina Filosofia, Formação Docente e Recursos Didáticos

O sucesso da implantação da disciplina Filosofia no ensino médio depende do estabelecimento de condições adequadas para sua presença no ambiente curricular e tais condições vão desde recursos materiais e didáticos até recursos humanos. Além disso, por se tratar de uma disciplina há muito ausente da maioria das instituições de ensino, não apresenta um conjunto consolidado de materiais didáticos adequados, procedimentos pedagógicos historicamente aceitos e recursos humanos suficientes para atender à demanda por ensino de qualidade (BRASIL, 2006c, p. 16). Por essas razões, a reflexão acerca da Filosofia no ensino médio deve enfrentar questões como: quais recursos didáticos são adequados; segundo quais critérios os conteúdos a serem ministrados devem ser definidos; se deveria haver um currículo mínimo; como pode ser feita a articulação da disciplina Filosofia com as demais disciplinas, dentre outras questões. Diante do quadro apresentado, é claro que o investimento em formação, além de dever apresentar-se como uma medida contínua, é a mais urgente. Esta, aliás, é uma das principais reivindicações dos professores cujas entrevistas forneceu material à elaboração do diagnóstico da situação do ensino de Filosofia no Estado da Bahia. Afinal, o ensino de Filosofia, em muitos casos, está nas mãos de professores não licenciados na área.

Ao que nos parece, a questão concernente aos conteúdos a serem ministrados é a principal no conjunto de questões envolvidas na reflexão sobre o ensino de Filosofia no ensino médio. Mesmo porque a definição dos conteúdos interfere diretamente na didática a ser empregada em sala de aula. De acordo com as respostas ao questionário, a definição do conteúdo a ser efetivamente aplicado em sala de aula é feita nas próprias escolas e predominante ou exclusivamente decidida pelo professor, de tal sorte que se encontra em uma mesma escola a disciplina de Filosofia voltada para lógica e a mesma disciplina, ministrada por outro docente, voltada para questões concernidas em ética e

política. Ou seja, em boa parte dos casos a escola não estabelece um currículo mínimo, de sorte que não há qualquer articulação entre o ensino de Filosofia e o ensino de outras disciplinas ou mesmo entre os conteúdos de Filosofia ministrados por professores diferentes em uma mesma escola.

As decisões são tomadas assim pelo professor a partir de suas condições de formação, seja no que diz respeito ao conteúdo seja no que toca ao rigor conceitual no tratamento das questões. É verdade que em se tratando de aulas de Filosofia não parece haver uma outra maneira de ensiná-la. Afinal, talvez seja mais adequado falar em Filosofias, de sorte que a definição do conteúdo a ser ensinado tem a ver com a Filosofia adotada pelo professor.³ Aparentemente, esta é uma das dificuldades centrais no ensino de Filosofia porque mesmo antes de definir qual método, o que ensinar, quais atividades inserir entre o conteúdo, o professor deve definir qual Filosofia ensinar. Assim, não havendo métodos e conteúdos mínimos fixados, a definição dos conteúdos passa a depender primordialmente da definição, pelo professor, do lugar de onde pensa e fala. (FAVARETTO, 1996, p. 77). Em razão disso, a qualidade do programa de ensino depende exclusivamente da qualidade da formação do professor em todos os seus aspectos, de tal modo que se pode mesmo dizer que o ensino de Filosofia vale o que vale o pensamento daquele que ensina (Cf. FAVARETTO, 1996, p. 77).

Nesse sentido, a competência do professor de Filosofia é uma boa formação disciplinar específica, o que se relaciona diretamente com a capacidade de dialogar com textos clássicos, conforme procedimentos rigorosos de leitura e de escrita. Contando com uma boa formação, torna-se pouco relevante qual conteúdo filosófico ensinará. Afinal, é a boa formação responsável pelos critérios segundo os quais se decide a especificidade do conteúdo filosófico. Além disso, a eleição de uma Filosofia a ser ensinada feita por um professor bem formado jamais poderá coincidir com doutrinação, mas antes com liberdade de pensamento.

Em muitos casos, o ensino de Filosofia está nas mãos de profissionais não licenciados na área. Aliás, essa é uma das principais queixas dos docentes. Em sua maioria são pedagogos cujo destino facultou a fortuna de encontrar-se como professor em uma classe de Filosofia. No que diz respeito aos profissionais licenciados em Filosofia, um dado é no mínimo curioso. Dentre os que são titulados na área e possuem

³ Não é outro o pressuposto assumido pelas Orientações Curriculares da área de Filosofia: “Tem-se aqui como pressuposto que não existe uma Filosofia, mas Filosofias, e que a liberdade de opção dentro de seu universo não restringe seu papel formador.” (BRASIL, 2006c, p. 21).

pós-graduação, dentre os entrevistados, são raros os que fizeram a pós-graduação na área de Filosofia. Na maior parte dos casos, trata-se de pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior. Não obstante, a reclamação relativa a materiais e recursos didáticos adequados para o ensino de Filosofia no ensino médio ser quase unânime entre esses mesmos professores. Na verdade, a procura por tal espécie de formação tem menos a ver com a necessidade de atender à demanda de ensino que exercem do que com o anseio por melhores condições profissionais. E isto significa, dentre outras coisas, que a procura por formação que os habilite a ensinar no nível superior está diretamente relacionada à desvalorização do professor de ensino médio, o que envolve desde condições salariais e reconhecimento social até condições de trabalho.

É verdade também que essa reclamação diz respeito, sobretudo, à precariedade dos recursos didáticos com os quais conta a rede pública de ensino. Além disso, tal reclamação se deve ao fato de as escolas da rede pública não contarem com a definição de um manual destinado ao ensino de Filosofia. Se por um lado, esse gênero de reclamação se alimenta das divergências teóricas que atravessam a reflexão sobre o ensino de Filosofia no nível médio, por outro, ou por iniciativas dos próprios professores ou por iniciativas institucionais, ainda tímidas, mas que já começam a apresentar resultados, o ensino de Filosofia tem se encaminhado para a indicação de conteúdos mínimos e para a articulação dos conteúdos filosóficos com os conteúdos de outras disciplinas. Também nesse caso, as dificuldades são agravadas pelo fato de professores não titulados na área assumirem a disciplina.

Na ausência de iniciativas institucionais como as promovidas pelo Instituto Anísio Teixeira, que tem realizado oficinas de discussão dos conteúdos de Filosofia, os conteúdos são definidos pelo próprio professor e, em alguns casos, tendo em vista as *Orientações Curriculares*. Em todos os casos, o programa de ensino, quando há um, não excede as *Orientações Curriculares*, pois tudo o que está ao alcance da direção da escola fazer é conferir os conteúdos ministrados, tendo em vista o disposto nas *Orientações*. A ausência da fixação de conteúdos mínimos por um lado favorece aquilo que é próprio da Filosofia, a sua especificidade disciplinar, por outro, deixa espaço para aventuras metodológicas, como é o caso do uso frequente e pouco refletido de filmes, poemas e textos jornalísticos, o que na maioria dos casos simplesmente alimenta a invocação do vivido pelo aluno como tema da aula sob o pretexto de que não haveria como despertar o interesse do aluno sem fazer de sua realidade parte da aula. É geral a reclamação em relação à falta de um manual como nas outras disciplinas, seja da parte

dos alunos seja da parte dos professores, porém grande parte dos professores ressalta que o auxílio prestado pelos manuais não é suficiente ao bom ensino e que é necessário o uso de outros recursos didáticos, dos quais, como já fora ressaltado, as escolas não dispõem.

Também em relação à qualidade e quantidade dos recursos didáticos há uma divergência de fundo. De um lado, alguns professores reclamam do fato de não haver um manual capaz de facilitar o acesso dos alunos a textos clássicos, iniciando-os na leitura de textos filosóficos. De outro lado, professores que reclamam do fato de não haver recursos didáticos capazes de relacionar os conteúdos filosóficos tratados em sala com a realidade dos alunos, de sorte que em razão disso a Filosofia não é capaz de despertar o interesse dos alunos.

Nesse caso também fica claro o papel decisivo da formação do professor, pois não é raro que os professores abduquem a tensão característica de certas questões filosóficas em nome da simplificação própria dos manuais. Assim, os manuais ofereceriam respostas definitivas e prontas para questões que à aula cumpriria discutir com o amparo de obras clássicas. Em substituição da reflexão, portanto, a verdade. O manual assim, por um lado, pouparia o professor do trabalho de reflexão e lhe colocaria na posição de mero repetidor e, por outro, cumpriria a função de adestrar o pensamento do aluno, cumprindo a sua função doutrinadora. Em suma, o manual, nesse caso, parece não passar de uma solução para os desafios intelectuais que a Filosofia impõe seja ao aluno seja ao professor. Afinal, quando defrontados, professor e aluno, com uma complexidade menos inteligível, o manual cumpre a função de substituí-la por uma mais simples, não por uma complexidade mais inteligível.

É verdade que cada vez mais tem se reforçado a tendência de que professores formados em Filosofia ministrem as aulas de Filosofia, mas é verdade também que não é raro que professores titulados em outras áreas assumam a disciplina, sobretudo formados em Pedagogia, História, Geografia, Teologia e Ciências Sociais. Não deve servir de consolo o dado que apresenta uma situação não muito diferente em outras áreas, como é o caso de professores de Física titulados em Engenharia Civil ou ainda professores de Química titulados em Engenharia Química. Em relação à presença de não titulados em Filosofia ministrando aulas de Filosofia, vale dizer também que as legislações mais recentes não só reconhecem esse fenômeno, como oferecem amparo legal para que isso ocorra. (ROCHA, 2008, p. 59). Por outro lado, professores não formados na área, salvo exceções, promovem um ensino de Filosofia não caracterizado

como tendo como elemento central a História da Filosofia. Assim, recorrem a toda sorte de recursos, em nome da motivação do aluno, a fim de transmitir conteúdos que creem serem filosóficos.⁴ Nesse caso, o dano causado pelo uso de manuais acaba sendo ainda maior, pois lhes falta um contexto teórico sofisticado, de tal modo que se no caso dos professores titulados não raramente o manual se torna o consolo ou uma compensação à má formação, neste caso o manual se torna a salvação do professor não formado que, em muitos casos, a única vantagem que tem em relação aos alunos é a de ter tido acesso ao manual primeiro. Não há de se dizer que não se trata de professores bem-intencionados, mas sim que professores cuja formação não permite aproximação do texto filosófico clássico, de forma que os limites das aulas coincidem com os limites do manual empregado.

Nessa medida, os recursos didáticos textuais mais frequentes são manuais e dicionários de Filosofia, sendo extraordinário o acesso dos alunos a textos clássicos. Agora, em relação a isso, é importante observar o contraste entre a rede pública e a rede particular. Nesse sentido, é exemplar a reclamação dos professores da rede pública em relação aos recursos didáticos, sobretudo enfatizando a ausência de um manual capaz de conferir uma certa unidade ao ensino de Filosofia na escola. E, por outro lado, a declaração de professores da rede privada de ensino de que é preferível o debate com o auxílio de textos clássicos ao material didático oferecido pela escola. Nesse caso, em específico, os manuais são utilizados como uma maneira de auxiliar na organização dos conteúdos, ao passo que os alunos não são privados do acesso a textos clássicos. E mais do que reivindicar um manual capaz de conferir uma certa unidade aos conteúdos filosóficos, os professores reclamam da ausência de recursos didáticos, o que deixa a cargo do professor providenciá-los.

De maneira geral, os recursos didáticos variam entre exibição de filmes e posterior discussão de questões, leitura e debate de textos diversos (recortes de manuais, de jornais ou revistas, poemas e músicas) ou ainda elaboração de peças teatrais. Sob o pretexto de que os alunos não seriam capazes de enfrentar as dificuldades características da leitura de um texto clássico, as aulas passam ao largo da leitura de textos clássicos de Filosofia. Além disso, a disciplina apresenta uma acentuada vagueza temática, já que os

⁴ “Da mesma forma, a utilização de valorosos materiais didáticos pode ligar um conhecimento filosófico abstrato à realidade, inclusive ao cotidiano do estudante, mas a simples alusão a questões éticas não é ética, nem Filosofia política a mera menção a questões políticas, não sendo o desejo de formar cidadãos o suficiente para uma leitura filosófica, uma vez que tampouco é prerrogativa exclusiva da Filosofia um pensamento crítico ou a preocupação com os destinos da humanidade.” (BRASIL, 2006c, p. 17).

conteúdos e temas apresentados pelos professores compõem um arco muito amplo de questões e atividades, de uso de narcóticos a crítica política cotidiana.

Acreditamos que dois fatores são decisivos para que isso ocorra. Em primeiro lugar, uma formação inadequada dos professores. Em segundo, a ausência do estabelecimento de conteúdos mínimos. É claro que o primeiro fator é tão central que decisivo em relação ao segundo. Afinal de contas, é tanto mais necessário o estabelecimento de conteúdos mínimos da disciplina quanto menos adequada for a formação do professor. O que significa que em todo caso um professor mal formado será um desastre na formação dos alunos, ou seja, pouco adiantaria termos estabelecidos os conteúdos mínimos se a escola não dispõe de professores capazes de ministrá-los. É nesse sentido, então, que o investimento na formação de professores é peça central para uma bem-sucedida implantação da disciplina Filosofia no ensino médio, pois importa aos conteúdos ministrados, aos métodos utilizados, à seleção dos recursos didáticos e à articulação da Filosofia com as demais disciplinas.

Em resumo, a formação dos professores não é a melhor no que diz respeito às exigências mínimas do ensino de Filosofia, e redundante, em muitos casos, no emprego de recursos didáticos inadequados, como é o caso da adoção de manuais como texto base da disciplina, de sorte que o ensino de Filosofia confunde-se, em muitos casos, com história das ideias. Com isso, além de abandonar-se o específico do ensino da Filosofia, que culminaria no desenvolvimento de um pensamento crítico a partir da constituição de uma retórica que funcione como língua da segurança, a partir do domínio de conteúdos caracteristicamente filosóficos, o ensino de Filosofia deixa de beneficiar-se do ensino de outras disciplinas. Mais do que isso, em específico, ao ensino de Filosofia não é dada a possibilidade de oferecer a sua contribuição específica à formação do aluno.

III. Articulação da Disciplina de Filosofia com as Disciplinas do Ensino Médio

Ao ensino de Filosofia tocava educar o aluno para a inteligibilidade, o que significa “submeter os interesses dos alunos a um tratamento que lhes permita descobrir os encadeamentos, a lei, a estrutura que está (ou não está) nos discursos por eles elaborados.” (FAVARETTO, 1996, p. 80). Exatamente nesse sentido, o ensino da Filosofia, ao privilegiar o tratamento de temas sem o amparo da história da Filosofia ou ainda temas estranhos aos textos clássicos, em nome do contexto no qual se inserem os alunos, acaba por desconsiderar o que há de essencial nesse mesmo contexto. Os alunos

do ensino médio estão imersos em um processo de escolarização que envolve um discurso de explicação causal dos eventos do mundo e das ações humanas. Ou seja, o ensino médio, sob esse aspecto, consistiria em fixar narrativas definidoras do que, em nosso tempo, consideramos como sendo os signos da civilização. Nessa medida, educar para a inteligibilidade consistiria em tornar o aluno capaz de compreender o funcionamento de uma configuração a partir da lei que, por profissão de fé científica, lhe foi ensinado a ver como infusa à configuração (Cf. FAVARETTO, 1996, p. 80-1).

A articulação da disciplina Filosofia com as ciências ensinadas no ensino médio não só é decisiva para o cumprimento do papel que toca à Filosofia no processo de escolarização, como deve beneficiar o ensino da própria Filosofia. Afinal, que outra maneira melhor de despertar a atenção e interesse do aluno que não tratando de elementos tão essenciais ao universo no qual ele fora inserido pelo ensino médio? Aqui, novamente figura como central a importância da formação dos docentes. São raros os professores que articulam de maneira clara os conteúdos de Filosofia com os conteúdos das ciências, de sorte que o ensino de Filosofia ocorre desapegado das demais instâncias curriculares, embora muitos compreendam a importância de uma tal articulação e pareça haver consenso em torno da ideia da articulação transdisciplinar da Filosofia. Isto tem a ver também com a qualidade do material didático empregado pelos professores, cuja escolha relaciona-se diretamente com a qualidade de sua formação. Em outras palavras, a qualidade dos recursos didáticos é proporcional à qualidade da formação dos docentes.⁵ Soma-se a isso o fato de, por exemplo, a qualidade dos manuais dispostos no mercado não ser boa, como reconhecem alguns professores abordados pela pesquisa. E mais grave do que não ter muitas opções de escolha no que diz respeito aos manuais de Filosofia é não possuir critérios segundo os quais julgar o material de que se dispõe.

A ênfase na centralidade da História da Filosofia no ensino médio não deve ser confundida com a compreensão de que o resultado essencial do ensino de Filosofia possa ser traduzido em uma erudição. A centralidade da História da Filosofia (aliás, como adverte Kant) não pode coincidir com a apropriação de afirmações sábias, mas sim deve significar que o ensino de Filosofia não pode prescindir do aprendizado relativo ao reconhecimento de estruturas argumentativas pelo qual se desenvolveria a capacidade de reconstruir os argumentos filosóficos (KANT, 2002, p. 173). Assim se

⁵ É claro que não se supõe com isso que a rede pública de ensino ofereça um conjunto satisfatório de recursos didáticos. Ao associar qualidade dos recursos didáticos a qualidade da formação docente, então, pretende-se sugerir tão somente que os critérios de escolha de recursos didáticos são relativos à qualidade de formação docente.

por um lado, seguindo ainda a advertência kantiana, o ensino da Filosofia não pode prescindir do contato com textos clássicos, por outro, a Filosofia não poderia ser ensinada como se dispusesse como um conjunto de saberes acabados, uma doutrina positiva semelhante às ciências da natureza, nas quais os jovens apenas tomariam conhecimento do estado atual do progresso da disciplina. Nesse sentido, enfatizar a importância de o ensino de Filosofia não desfazer-se da História da Filosofia significa afirmar a especificidade da Filosofia frente às ciências. E acreditamos ser esse o ponto inicial de articulação do ensino de Filosofia em franca relação com o ensino de ciências.

A articulação dos conteúdos de Filosofia com outras disciplinas ainda é muito tímida e em se tratando das ciências da natureza e Matemática há um insignificante registro de articulação. Quando há articulação do ensino de Filosofia com outras disciplinas, no geral, tal articulação é feita ou com Literatura e Língua Portuguesa ou com disciplinas da área de Ciências Humanas, como é o caso de Geografia e História. É ainda mais raro que haja uma tal articulação por definição do planejamento da própria escola, sendo a articulação, na maioria dos casos, produto dos esforços pessoais do professor de Filosofia. Dentre outras razões, isto ocorre em função de a disciplina Filosofia ser vista pelos professores de outras disciplinas ou mesmo pela coordenação da escola ainda com uma certa desconfiança. Em se tratando dos professores de ciências da natureza, essa situação é ainda mais acentuada. Nesse sentido, vale ressaltar ainda que, sob o pretexto da interdisciplinaridade, algumas iniciativas têm sido elaboradas no sentido de favorecer a articulação entre as disciplinas curriculares, sobretudo a partir da realização de atividades coletivas previstas no âmbito do projeto pedagógico escolar. Porém, em razão de os conteúdos da disciplina Filosofia serem decididos pelo professor, em muitos casos à margem de discussões pedagógicas, a articulação dos conteúdos filosóficos com conteúdos de outras disciplinas acaba, da mesma maneira, sendo de responsabilidade exclusiva do professor.⁶

A reflexão acerca da especificidade da Filosofia, sem dúvida, nesse contexto, é decorrente da sua obrigatoriedade no ensino médio. Nesse sentido, refletir sobre a especificidade da Filosofia envolve pensar em condições adequadas para sua devida inserção no contexto do ensino médio. Quanto a tais condições, talvez por conta da

⁶ Não há que se censurar o fato de os conteúdos serem definidos pelo professor. Porém, a decisão sobre os conteúdos pertencer ao professor não é incompatível com a apresentação de sugestões que possam de alguma maneira orientar as suas escolhas. É o caso, por exemplo, do livro *Filosofia no Ensino Médio: um guia para docentes*, elaborado em conjunto por pesquisadores da área de Filosofia de todo o país e resultante do projeto “Tecnologias para Implementação da Disciplina Filosofia no Ensino Médio” e que se encontra no prelo.

emergência das questões, não parece restar consenso algum. Porém, quando menos, em relação a um ponto, todos parecem concordar, mesmo aqueles que se posicionaram contrariamente à obrigatoriedade da Filosofia no ensino médio. Trata-se da necessidade de oferecer formação filosófica adequada àqueles que estão destinados a ensinar Filosofia no ensino médio. E não é gratuito um tal consenso, afinal a didática e a definição dos conteúdos a serem ministrados são um espelho da formação do professor. Nesse sentido, é exemplar a maneira como a disciplina Filosofia estabelece pontos de contato com outras disciplinas no contexto escolar. Observa-se que a articulação interdisciplinar da Filosofia privilegia (quase exclusivamente) o estabelecimento de pontos de contato com as ciências humanas. Salvo as áreas de linguagem e literatura, no contexto escolar, o ensino de Filosofia privilegia disciplinas como História, Sociologia e Geografia.

O privilégio dessas disciplinas reflete diretamente o perfil de formação dos docentes. Assim, os pontos de contato com as disciplinas de ciência da natureza são tão pouco explorados mais pelo fato de a formação dos docentes não permitir o trânsito em outras disciplinas que uma tal exploração exigiria do que pelo fato de compreenderem que a Filosofia se insere apenas na área de ciências humanas. Com efeito, a discussão acerca do ensino de Filosofia no nível médio tem como parte essencial a reflexão a respeito da formação de professores. Afinal de contas, somente profissionais bem formados na área podem responder aos desafios. Aliás, essa é uma das exigências para que o ensino não se traduza em “uma vulgarização perigosa de boas intenções que só podem conduzir a péssimos resultados.” (BRASIL, 2006c, p. 17). Além de o ensino demandar formação específica e por isso dever estar a cargo de profissionais da área, uma experiência bem-sucedida da Filosofia no ensino médio depende de que esses profissionais possuam uma formação adequada e, preferencialmente, de que seja contínua a sua formação. De tal sorte que seriam vãos os esforços no sentido de garantir um currículo mínimo sem garantir professores bem formados.

Considerações finais

Associada à questão da formação de um quadro docente capaz de garantir um ensino de qualidade está a questão relativa à produção de material didático apropriado para o ensino médio. Por um lado, o modelo vigente no ensino superior seria improdutivo se aplicado ao contexto do ensino médio. Por outro, respeitando as

especificidades dos níveis de ensino, não se pode abrir mão daquilo que de essencial caracteriza a pesquisa em Filosofia, a saber: o texto clássico. A produção de um material didático adequado então tem a ver com enfrentar essa dificuldade. Isto quer dizer que, à primeira vista, quando menos, é “impossível pensar em combinações frutíferas ao ensino médio sem pensar na produção de material didático de novo tipo e sem pensar na formação de professores” (NOBRE; TERRA, 2007, p. 97). O sucesso da ideia de que a compreensão da Filosofia como disciplina reforçaria a sua vocação transdisciplinar depende então, em primeiro lugar, da formação adequada de professores e, em segundo, da produção de materiais didáticos que, por um lado, dialoguem com o contexto do ensino médio e, por outro, não abdicuem da especificidade da Filosofia, mesmo porque a compreensão da Filosofia como disciplinar, sem paradoxo algum, reforça sua vocação transdisciplinar, o que quer dizer que é natural o contato da Filosofia com “toda ciência que envolva descobertas ou exercite demonstrações, solicitando boa lógica ou reflexão epistemológica.” (BRASIL, 2006c, p. 18). Nesse sentido, como sugerido pelo professor Ricardo Terra, além de ser possível explorar pontos de contato com História, por exemplo, enquanto o tema das aulas de História fosse apresentação da Segunda Guerra Mundial e do período nazista, o professor de Filosofia “poderia trabalhar um texto como ‘Educação após Auschwitz’, de Theodor W. Adorno” ou ainda quando o tema envolvesse a criação da Organização das Nações Unidas e sua Carta de Princípios, “juntamente com uma discussão sobre direitos humanos, em que pensadores da Filosofia moderna seriam essenciais, como John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant” (NOBRE; TERRA, 2007, p. 98). Na mesma medida, a tematização da Revolução Francesa e das revoluções do século XIX “poderia ser acompanhada por textos de Karl Marx”.

Os possíveis pontos de contato não param por aí. Um tema de estética, por exemplo, poderia ser abordado em conjunto com o professor de literatura. Um tema de ética poderia ser escolhido e trabalhado em conjunto “com o professor de biologia (em problemas de bioética, por exemplo) ou com o professor de geografia (no exame de problemas ambientais, por exemplo).” (NOBRE; TERRA, 2007, p. 99). Ademais, um tema de teoria de conhecimento poderia ser trabalhado em conjunto com as atividades de Física ou Química. É com esse espírito que o projeto “Tecnologias para Implementação da Disciplina Filosofia no Ensino Médio”, financiado pela FAPESB, produziu um conjunto de sugestões de abordagens de temas filosóficos e sua relação com temas científicos que marcam o processo de escolarização do ensino médio.

Iniciativas institucionais semelhantes devem impulsionar o retorno da Filosofia ao cenário escolar, garantindo o seu sucesso. É o caso também das constantes e já consolidadas iniciativas do Instituto Anísio Teixeira que, ao longo desse tempo, tem investido continuamente na formação de profissionais de Filosofia, sobretudo por meio de seu sistema de vídeo conferência que permite alcançar professores espalhados por todo o Estado. Além disso, têm sido constantes também as suas iniciativas no sentido de incrementar a reflexão acerca do ensino de Filosofia através da realização de oficinas onde são debatidos e definidos conteúdos disciplinares básicos. A situação atual do ensino de Filosofia demanda assim tanto um investimento imediato na capacitação dos professores que já atuam nas escolas quanto repensar os cursos de graduação ou mesmo de pós-graduação no sentido de atender a demanda relativa à obrigatoriedade da Filosofia.

A nosso ver, apenas uma boa formação de professores poderá garantir as condições necessárias para que a Filosofia possa cumprir o seu papel formador, no sentido de que o seu ensino não pode traduzir-se em um conjunto de saberes supérfluos que coincidam com o acréscimo de algum requinte à formação escolar dos jovens, como se o resultado do ensino da Filosofia pudesse ser uma espécie de verniz crítico a outros saberes. Aliás, não é outra a perspectiva que se realiza na medida em que professores geralmente com formação inadequada associam seus esforços muito bem-intencionados a escolas desprovidas dos mínimos recursos didáticos. É nessa exata medida que o retorno da Filosofia ao ensino médio não teria sentido se desarticulada dos demais saberes que compõem o quadro curricular. Desarticulada dos demais saberes, a Filosofia não cumpriria seu papel formador e não passaria de um pequeno luxo. Em suma, podemos subscrever a perspectiva segundo a qual, em função dos elementos que preponderam no ensino, a maneira como a Filosofia é ensinada no ensino médio destoa flagrantemente das *Orientações Curriculares* voltadas para a Filosofia, sobretudo na medida em que o ensino desconsidera a centralidade da História da Filosofia e dos textos filosóficos, o que a nosso ver tem tanto a ver com a qualidade dos recursos didáticos disponíveis quanto com a formação dos professores (Cf. SALLES et al., passim).

Segundo o professor Ricardo Terra, articulado de maneira inteligente no currículo escolar, o ensino da Filosofia deve passar pelo exame de questões filosóficas, compreendendo a história da Filosofia como o enorme campo de indagações. É também nessa medida que o professor de Filosofia no ensino médio deve ser capaz de dialogar

com as ciências, o que não pode ser feito de maneira filosófica senão a partir do contato com textos clássicos, pois o ensino de Filosofia não pode confundir-se com mera história das ideias, como se a sua relação com a sua História pudesse processar-se de maneira enciclopédica. Nesse sentido, talvez o maior desafio seja o de preservar a relação entre ensino e pesquisa sem submeter o aluno de ensino médio às medidas do ensino acadêmico. Uma formação contínua dos professores significa, dentre outras coisas, a constituição de um ambiente de pesquisa capaz de oxigenar o ensino. Aliás, sem a constituição de um tal ambiente de produção de conhecimento e de articulação de saberes diversos, a transdisciplinaridade que poderia caracterizar a introdução de conteúdos filosóficos no ensino médio teria sido mal sucedida e, com isso, o ensino de Filosofia de maneira geral.

Referências

- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2002.
- BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006a. Vol. 1.
- BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006b. Vol. 2.
- BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006c. Vol. 3.
- MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de julho de 2001. Seção 1, p. 50. MEC. Portaria INEP n. 171, de 24 de agosto de 2005. Publicada no Diário Oficial de 26 de agosto de 2005, Seção 1, pág. 60. Filosofia.
- FAVARETTO, C. F. Notas sobre o ensino de Filosofia. In: MUCHAIL, S. T. (org.). *Filosofia e seu ensino*. 2. ed. São Paulo: Educ, 1996, p. 77-86.
- KANT, I. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- LEBRUN, G. Por que filósofo? *Estudos CEBRAP*, n. 15, janeiro-março, 1976, p. 148-153.
- ROCHA, R. P., *Ensino de Filosofia e Currículo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- SALLES, J. C.; BIRCHAL, T. S.; PASCHOAL, A. E. *Filosofia*. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14Filosofia.pdf>> Acesso em 20 de janeiro de 2010.
- SILVEIRA, R., “Um Sentido para o Ensino de Filosofia no Ensino Médio”, In: GALLO, S.; KOHAN, W. (orgs.). *Filosofia no Ensino Médio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 129-148.

TERRA, R.; NOBRE, M. *Ensinar Filosofia: Uma conversa sobre aprender a aprender*.
Campinas: Papirus, 2007.

Recebido em: 14/08/2018

Aprovado em: 14/10/2018